



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO

CONCURSO PÚBLICO

CARGO de Nível Superior

PROCURADOR

PROVA TIPO

1

**Provas de Português, Raciocínio Lógico,
Geografia e História de Rio Largo e Conhecimentos Específicos.**

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este Caderno de Questões somente deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal.
2. **Assine** neste Caderno de Questões e coloque o número do seu documento de identificação.
3. Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Verifique também, se contém 70 (setenta) questões objetivas com 05 (cinco) alternativas cada, caso contrário comunique imediatamente ao Fiscal.
4. Você dispõe de **4h30** (quatro horas e trinta minutos) para fazer esta prova. Faça-a com tranquilidade, mas **controle seu tempo**. Esse **tempo** inclui a marcação da **Folha de Respostas** das questões objetivas. Você somente poderá sair em definitivo do Local de Prova após decorridas **3h** (três horas) do seu início.
5. Ao receber a **Folha de Respostas**, confira seu **nome, número do seu documento de identificação e cargo escolhido**.
6. Em hipótese alguma lhe será concedida outra Folha de Respostas.
7. Preencha a **Folha de Respostas** utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Na **Folha de Respostas**, preencha completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme modelo:

	A	B	C	D	E
1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
8. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na Folha de Respostas de questões objetivas: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita.
9. A correção da prova objetiva será efetuada de forma eletrônica e considerando-se apenas o conteúdo da **Folha de Respostas**.
10. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, seus pontos serão atribuídos à todos os candidatos.
11. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
12. Ao terminar a prova, devolva ao Fiscal de Sala este **Caderno de Questões**, juntamente com a **Folha de Respostas** e assine a **Lista de Presença**.
13. Nas salas que apresentarem apenas um fiscal, os 3(três) últimos candidatos somente poderão ausentar-se juntos da sala de prova, após assinatura da Ata de Encerramento.

Boa Prova!

Nº do documento de identificação:

Assinatura do(a) candidato(a):



Rio Largo/AL, 23 de maio de 2010.

**PORTUGUÊS****As questões de 1 a 3 referem-se ao texto seguinte.**

1 No ensino, como em outras coisas, a liberdade deve
3 ser questão de grau. Há liberdades que não podem ser
5 toleradas. Uma vez conheci uma senhora que afirmava não
7 se dever proibir coisa alguma a uma criança, pois deve
9 desenvolver sua natureza de dentro para fora. “E se a sua
11 natureza a levar a engolir alfinetes?” indaguei [...]. No
13 entanto, toda criança abandonada a si mesma, mais cedo
15 ou mais tarde, engolirá alfinetes, tomará veneno, cairá de
17 uma janela alta ou doutra forma chegará a mau fim. Um
pouquinho mais velhos, os meninos, podendo, não se
lavam, comem demais, fumam até enjoar, apanham
resfriados por molhar os pés, e assim por diante – além do
fato de se divertirem importunando anciãos [...]. Quem
advoga a liberdade da educação não quer dizer que as
crianças devam fazer, o dia todo, o que lhes der na veneta.
Deve existir um elemento de disciplina e autoridade; a
questão é até que ponto, e como deve ser exercido.
(Bertrand Russell)

1. Dadas as proposições seguintes,

- I. Um dos limites a serem atribuídos à liberdade é a integridade física da criança.
- II. A autonomia dada a uma criança deve estar associada à disciplina e à autoridade.
- III. A essência do texto é mostrar que as pessoas não sabem usar a liberdade.
- IV. A liberdade constitui valor absoluto, cabendo a cada um saber regular esta.

quais são verdadeiras?

- A) I e II, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) II, III e IV.
- E) I, II e III.

2. Qual a função sintática das expressões de grau (linha 2), os meninos (linha 10) e da educação (linha 14), respectivamente?

- A) objeto indireto – sujeito – complemento nominal
- B) adjunto adnominal – aposto – complemento nominal
- C) objeto indireto – sujeito – adjunto adnominal
- D) complemento nominal – aposto – adjunto adnominal
- E) complemento nominal – sujeito – complemento nominal

3. O texto pode ser entendido como

- A) descritivo e dissertativo, pela transmissão da imagem de uma cena e apresentação de elementos argumentativos.
- B) narrativo, pelo diálogo que houve entre o autor e uma senhora.
- C) descritivo, porque expõe uma sequência de ações realizadas pelas crianças.
- D) dissertativo, porque há a exposição de um ponto de vista.
- E) narrativo e dissertativo, pela mistura de ocorrências e exposição de fatos e ideias.

As questões de 4 e 5 referem-se ao texto seguinte.

O homem vive entre diversos tipos de temporalidade. Na realidade, há uma percepção intuitiva de que os múltiplos sentidos de tempo se entrecruzam na vida cotidiana. A percepção mecânica objetiva, definida pelos relógios e calendários orienta nossas atividades rotineiras. Estabelece ritmos e nos auxilia operacionalmente a definir prazos e compromissos. Em um sentido consensual geral, o tempo determinado espacialmente pelos cronômetros, pela periodicidade dos meses e das estações do ano ou pela delimitação de períodos ou eras é uma abstração. O homem ocidental subordina-se pragmaticamente às suas determinações – horas, minutos, segundos, meses, anos... – e orienta as ações de acordo com sua imagem de continuidade e progressão (KENSKI, Vani Moreira. *Tecnologias e ensino presencial e a distância*. Campinas: Papyrus, 2003, p. 31).

4. Para a autora, a percepção mecânica do tempo

- A) provoca os entrecruzamentos instintivos.
- B) reformula os paradigmas sociais.
- C) estabelece formas sociais inusitadas.
- D) determina as ações cotidianas.
- E) dimensiona as ações intuitivas.

5. O parecer sobre a temporalidade está centrado numa contradição, num paradoxo. Essa assertiva pode ser vista em:

- A) o homem vive em diversas concepções de tempo.
- B) o tempo objetivo define as rotinas cotidianas.
- C) o homem ocidental está atrelado ao sentido de tempo cronológico.
- D) a sociedade humana encaminha-se pragmaticamente pela linha do tempo.
- E) a concepção objetiva de tempo é também uma abstração.

As questões 6 e 7 referem-se ao texto seguinte.

Como seriam as coisas e as pessoas antes que lhes tivéssemos dado o sentido de nossa esperança e visão humanas? Devia ser terrível. Chovia, as coisas se ensopavam sozinhas e secavam, e depois ardiam ao sol e se crestavam em poeira. Sem dar ao mundo o nosso sentido humano, como me assusto. Tenho medo da chuva, quando a separo da cidade e dos guarda-chuvas abertos, e dos campos se embebendo de água (Clarice Lispector).

6. Na oração “Sem dar ao mundo o nosso sentido humano”, o verbo

- A) suprime os complementos.
- B) é complementado por objeto direto e objeto indireto.
- C) é intransitivo.
- D) é acompanhado apenas por um adjunto adverbial.
- E) é complementado por um objeto indireto.



7. O excerto “Chovia, as coisas se ensopavam sozinhas e secavam, e depois ardiam ao sol e se crestavam em poeira” pode ser reescrito sem desvio de sentido nem subversão da norma culta na opção:

- A) Chovia. Ensopava-se as coisas sozinhas e secavam, depois ardiam ao sol e se crestavam em poeira.
- B) Chovia, mas as coisas se ensopavam sozinhas, depois secavam, ardiam ao sol e se crestavam em poeira.
- C) Chovia. As coisas se ensopavam sozinhas e secavam. Depois ardiam ao sol e crestava-se em poeira.
- D) Chovia. Ensopavam-se as coisas sozinhas, secavam, depois ardiam ao sol e crestavam-se em poeira.
- E) Chovia, e depois as coisas, ensopavam-se sozinhas, ardiam ao sol e se crestavam em poeira.

As questões 8 e 9 referem-se ao texto seguinte.

“Quis arrancá-lo dali, mas não pude; ele estava arraigado ao chão, e só continuou a andar quando a briga cessou inteiramente, e um dos cães, mordido e vencido, foi levar a sua fome a outra parte. Notei que ficara sinceramente alegre, posto contivesse a alegria, segundo convinha a um grande filósofo. Fez-me observar a beleza do espetáculo, lembrou o objeto da luta, concluiu que os cães tinham fome; mas a privação do alimento era nada para os efeitos gerais da filosofia. Nem deixou de recordar que em algumas partes do globo o espetáculo é mais grandioso: as criaturas humanas é que disputam aos cães os ossos e outros manjares menos apetecíveis; a luta que se complica muito, porque entra em ação a inteligência do homem, com todo o acúmulo de sagacidade que lhe deram os séculos” (Machado de Assis. *Memórias póstumas de Brás Cubas*).

8. A briga de cães, como pretexto, passa a ser um argumento secundário,

- A) visto que o argumento central é a briga dos homens pelo mesmo motivo, mas com o agravante da experiência e da sagacidade.
- B) visto que, em essência, o elemento temático central do texto é a problemática das guerras entre os indivíduos humanos.
- C) pois a ideia central se baseia completamente nas desigualdades humanas, produzida pela necessidade de sobrevivência de todas as criaturas.
- D) posto que o argumento principal é a satisfação de presenciar a luta dos homens pela sobrevivência.
- E) pois o caráter bestial, a que o autor se refere, associa-se somente aos cães.

9. No período “Concluiu que os cães tinham fome”, a oração “que os cães tinham fome” exerce a função de

- A) complemento nominal.
- B) predicativo.
- C) aposto.
- D) sujeito.
- E) objeto direto.

10. Assinale a opção incorreta quanto ao emprego do acento indicativo da crase.

- A) “A física contemporânea é fruto da mente humana e, portanto, limitada à nossa capacidade de ver e interpretar a realidade.”
- B) “É possível fixar quadros e pequenos objetos à parede sem uma única martelada.”
- C) “As cadeiras ficaram mais compactas e aliaram à tecnologia ergonômica leveza e modernidade.”
- D) “A fábrica japonesa atingiu a liderança mundial ao aliar mecânica confiável a preços atrativos – até a obsessão por corte de custos solapar à qualidade de seus carros.”
- E) “A velocidade com que se expandia era proporcional à sua valorização aos olhos dos investidores.”

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Um professor propôs um problema com exatamente duas respostas corretas para cinco alunos. Ao resolver esse problema os alunos encontraram, como resposta, respectivamente, 1 e 9; 8 e 9; 8 e 5; 3 e 5; 9 e 6. Ao fazer a correção do problema o professor observou que um dos alunos errou as duas respostas, e os demais acertaram uma delas e erraram a outra. Nestas condições, podemos dizer que as respostas corretas do problema são:

- A) 3 e 5.
- B) 8 e 9.
- C) 8 e 3.
- D) 3 e 9.
- E) 9 e 6.

12. Adriana nasceu no dia 25 do mês de abril de 1974. Se, em um determinado ano, o mês de abril somente tem 4 domingos, podemos afirmar que o aniversário de Adriana não poderá acontecer em um dia de

- A) sexta-feira.
- B) terça-feira.
- C) quarta-feira.
- D) quinta-feira.
- E) sábado.

13. Considere a seguinte afirmação:

“Uma melancia pesa 3 kg mais meia melancia.”

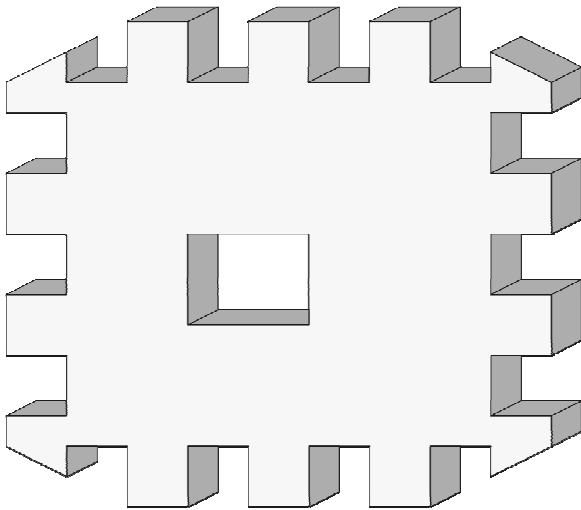
Podemos, então, concluir que uma melancia e meia pesa

- A) 6 kg.
- B) 7 kg.
- C) 8 kg.
- D) 9 kg.
- E) 10 kg.

14. Samuel, Vitor e Gabriel trabalhavam em uma Multinacional. Um deles tinha barba, outro tinha bigode e o outro não tinha barba. Cada um deles exercia dentro da empresa uma atividade diferente: um era arquiteto, outro era engenheiro e o outro era electricista. O que tinha barba era arquiteto. Vitor era engenheiro. O que era electricista não tinha bigode nem se chamava Samuel. Como se chamava o que não tinha barba e qual era sua profissão?

- A) Samuel – Engenheiro
- B) Vitor – Engenheiro
- C) Gabriel – Engenheiro
- D) Victor – Eletricista
- E) Gabriel – Eletricista

15. Observe o sólido vazado abaixo.



Então, em relação ao número de faces deste sólido, podemos dizer que ele é

- A) menor que 50.
- B) igual a 50.
- C) maior que 70.
- D) um número ímpar.
- E) divisível por 3.

Geografia e História de Rio Largo

16. O município de Rio Largo limita-se

- A) ao norte com os municípios de Messias e Murici, ao sul com Satuba e Pilar, a leste com Atalaia e a oeste com Maceió.
- B) ao norte com os municípios de Satuba e Pilar, ao sul com Messias e Murici, a leste com Maceió e a oeste com Atalaia.
- C) ao norte com os municípios de Satuba e Pilar, ao sul com Messias e Murici, a leste com Atalaia e a oeste com Maceió.
- D) ao norte com os municípios de Messias, Murici e Pilar, ao sul com Satuba e Pilar, a leste com Maceió e a oeste com Atalaia.
- E) ao norte com os municípios de Messias e Murici, ao sul com Satuba e Pilar, a leste com Maceió e a oeste com Atalaia.

17. Dadas as proposições sobre o relevo do município de Rio Largo,

- I. Faz parte da unidade dos Tabuleiros Costeiros.
- II. Apresenta altitude média na área urbana em torno de 150 a 200 metros.
- III. Apresenta relevo formado por densos planaltos cristalinos.
- IV. Apresenta chapadas resultantes de intenso processo erosivo.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) II, III e IV.
- B) I, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I e IV, apenas.
- E) I, II e III.

18. Analise as opções e identifique a que melhor representa a distribuição populacional, de acordo com os setores de atividades, no município de Rio Largo.

- A) A maior parte das ofertas de empregos no município está concentrada no setor primário da economia.
- B) O setor secundário absorveu e continua absorvendo o maior número de trabalhadores rio-larguenses.
- C) O setor terciário da economia é responsável pela maior geração de empregos no município.
- D) Os setores primário e secundário concentram o maior número de trabalhadores no município.
- E) O setor terciário vem perdendo um grande número de trabalhadores para o setor primário nos últimos anos.

19. A bacia do rio Mundaú encontra-se em acelerado processo de degradação ambiental. Os fatores abaixo são causas dessa degradação, exceto:

- A) lançamentos de esgotos domésticos no rio.
- B) desmatamento das matas ciliares.
- C) diminuição da profundidade do leito, decorrente do processo de assoreamento.
- D) lixiviação do solo decorrente de atividades agrárias.
- E) lançamento de despejos industriais no rio.

20. Dadas as proposições sobre a economia de Rio Largo,

- I. O município já foi sede de duas fábricas têxteis, Cachoeira e Progresso Alagoano, que muito contribuíram para o desenvolvimento do município em épocas passadas.
- II. Com o aumento da área de cultivo da cana-de-açúcar, houve uma redução das plantações de culturas alimentares.
- III. O Distrito Industrial de Rio Largo se tornou referência estadual pela grande e diversificada produtividade, absorvendo um grande número de trabalhadores do município e de seu entorno.
- IV. O aeroporto Zumbi dos Palmares, localizado no município de Rio Largo, é uma das principais fontes de tributos do município.

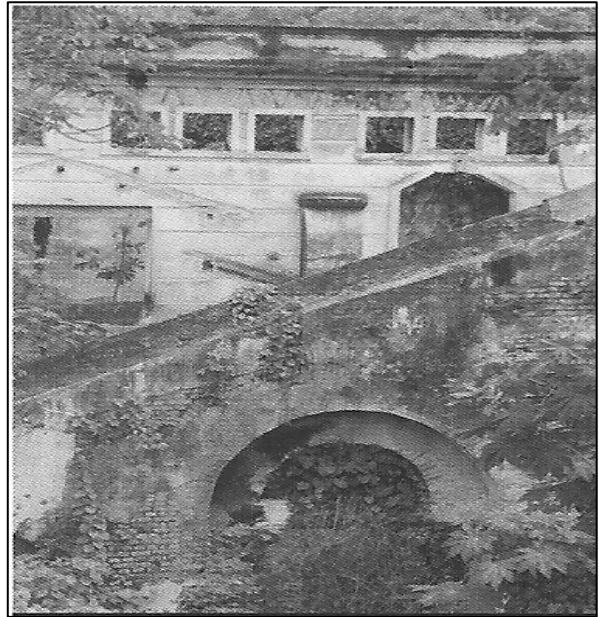
verifica-se que estão corretas

- A) I e II, apenas.
- B) II e IV, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I, III e IV.
- E) II, III e IV.

21. Observe o mapa a seguir.

Dentre as aglomerações urbanas do município de Rio Largo, destacam-se os povoados

- A) Terra Nova, Camurupim, Tabuleiro do Pinto, Águas Claras, Utinga etc.
- B) Utinga, Chã da Terra, Quebra Carro, Salgado, Lourenço de Albuquerque etc.
- C) Gustavo Paiva, Tabuleiro do Martins, Terra Nova etc.
- D) Utinga, Lourenço de Albuquerque, Tabuleiro do Pinto, Águas Claras, Pau Amarelo etc.
- E) Coqueiro Seco, Camurupim, Terra Nova, Tabuleiro do Pinto etc.

22. Considere a ilustração.

Ruínas da antiga fábrica de tecidos em Rio Largo.

In: Enciclopédia dos Municípios Alagoanos.

No final do século XIX, nas terras pertencentes a antigos engenhos em Rio Largo, foram estabelecidas duas fábricas têxteis:

- A) Progresso Alagoano e Carmem.
- B) Cachoeira e Agro-Fábril Mercantil.
- C) Carmem e Fábrica da Pedra.
- D) Progresso Alagoano e Agro-Fábril Mercantil.
- E) Cachoeira e Progresso Alagoano.

23. Com referência ao patrimônio histórico do município de Rio Largo, merece destaque o busto do comendador Gustavo Paiva, que é uma homenagem

- A) do operariado de Rio Largo, em 11 de setembro de 1946, ao grande empreendedor que marcou a história do município com sua visão social.
- B) do povo riolarguense ao fundador da Companhia de Fiação e Tecidos.
- C) ao centenário da Fábrica Cachoeira.
- D) ao comendador da Imperial Ordem da Rosa.
- E) à elevação de Rio Largo à categoria de cidade.

24. Em Rio Largo, em julho de 1894, uma usina começou a moer e tornou-se, à época, uma das maiores do setor em toda a América Latina, denominada

- A) Cachoeira do Meirim.
- B) Sumaúma.
- C) Brasileiro.
- D) Utinga Leão.
- E) Roçadinho.

25. Observe a gravura abaixo:



Via de acesso a Rio Largo.

In: Diego Maxuel Gomes da Silva.

Dadas as proposições abaixo sobre o município de Rio Largo,

- I. O desenvolvimento do polo industrial ocasionou a transferência da sede municipal para Rio Largo, que recebeu a categoria de cidade.
- II. A constituição de centro industrial, principalmente da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos (CAET), fez com que Rio Largo atingisse o seu apogeu.
- III. A decadência do transporte ferroviário elevou a economia de Rio Largo.
- IV. O distrito industrial de Rio Largo não conseguiu se expandir e possui poucas indústrias expressivas, como a cristal, de engarrafamento de água mineral.
- V. O advento das ferrovias foi de suma importância para o desenvolvimento econômico.

verifica-se que estão corretas

- A) I, IV e V.
- B) III, IV e V.
- C) I, II e III.
- D) I, II e V.
- E) II, III e IV.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. A evolução do princípio da legalidade, onde o direito passa a abranger, além das leis – regras jurídicas –, os princípios gerais do Direito, de modo que a atuação do Poder Executivo deve conformidade não mais apenas à lei, mas ao Direito, decomposto em regras e princípios jurídicos, é nominado de

- A) princípio da reserva legal.
- B) princípio da subsunção.
- C) princípio da concretização.
- D) princípio da juridicidade.
- E) princípio da subsidiariedade.

27. Assinale a opção incorreta no que concerne às licitações e aos contratos administrativos, na forma disciplinada na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, combinada com as alterações posteriores.

- A) Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
- B) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- C) É dispensável a licitação para a contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.
- D) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que este não tenha dado causa a nulidade, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- E) O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos ou supressões. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos neste parágrafo, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.



28. Com base nas Súmulas editadas pelo STJ e pelo STF, neste último caso, quer sejam vinculantes, ou não, assinale a opção correta.

- A) Reconhecido o desvio de função, o servidor não faz jus às diferenças salariais decorrentes, competindo ao Estado o direito de regresso contra o chefe imediato que determinou a prática de atos em desvio das atribuições originárias do cargo de servidor a ele subordinado.
- B) Não cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.
- C) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- D) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- E) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.

29. No que concerne à responsabilidade do Estado, assinale a opção incorreta.

- A) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviço público, pelos danos que seus agentes causarem, é subjetiva em relação a terceiros não usuários do serviço.
- B) A força maior e a culpa exclusiva da vítima excluem a responsabilidade do Estado quando o nexo causal entre a atividade administrativa e o dano dela resultante não fica evidenciado.
- C) A responsabilidade civil do Estado é objetiva e segue a variante do risco administrativo, na forma em que exposta no art. 37, § 6º, da Constituição Federal. Contudo, existem precedentes jurisprudenciais e posicionamentos doutrinários que têm admitido a responsabilidade subjetiva quando o dano for decorrente de omissões do Poder Público.
- D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, quando exploradoras de atividades econômicas, estão excluídas do regime de responsabilização estatal do art. 37, § 6º, da Constituição Federal, uma vez que responderão de acordo com o regime previsto para a iniciativa privada.
- E) As pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviço público, respondem objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, competindo a responsabilização do Estado, em tais casos, somente de forma subsidiária.

30. Não se configura como hipótese de serviço técnico profissional especializado passível de inexigibilidade de licitação:

- A) a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.
- B) a fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviço.
- C) o patrocínio de causas judiciais ou administrativa.
- D) o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.
- E) a restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

31. Observando-se a classificação quanto ao conteúdo, a licença, ato administrativo em espécie, é caracterizada por ser

- A) unilateral, discricionária e precária, pela qual a administração faculta ao particular o uso privativo de bem público, ou o desempenho de atividade material, ou a prática de ato que, sem esse consentimento, seria legalmente proibido. Ela se embasa no Poder de Polícia do Estado sobre a atividade aprovada. É ato constitutivo.
- B) unilateral e vinculada, pela qual a administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade. É ato declaratório.
- C) unilateral e discricionária, pela qual se exerce o controle anterior (autorização), ou posterior (referendo) do ato administrativo. Ela trata da eficácia do ato.
- D) unilateral e vinculada, pela qual a administração reconhece a legalidade de um ato jurídico. É posterior e tem em conta o aspecto da legalidade.
- E) unilateral, discricionária e precária, gratuita ou onerosa, pela qual a administração pública faculta ao particular a execução de um serviço público, ou a utilização privativa de bem público.

32. De acordo com a CLT, marque a opção falsa.

- A) Considera-se gorjeta não somente a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também aquela que for cobrada pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título, e destinada a distribuição aos empregados.
- B) Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações "in natura" que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas.
- C) Não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado.
- D) Serão consideradas como salário os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço.
- E) A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-contratual.



33. De acordo com a jurisprudência do TST sobre férias, assinale a opção falsa.

- A) A indenização pelo não deferimento das férias no tempo oportuno será calculada com base na remuneração devida ao empregado na época da reclamação ou, se for o caso, na da extinção do contrato.
- B) É assegurado aos professores o pagamento dos salários no período de férias escolares. Se despedido sem justa causa ao terminar o ano letivo ou no curso dessas férias, faz jus aos referidos salários.
- C) Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho (art. 484 da CLT), o empregado tem direito a 50% (cinquenta por cento) do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.
- D) As faltas ou ausências decorrentes de acidente do trabalho não são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo da gratificação natalina.
- E) Os dias de férias gozados após o período legal de concessão não deverão ser remunerados em dobro.

34. De acordo com a jurisprudência do TST sobre jornada de trabalho, assinale a opção falsa.

- A) O mero não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada, inclusive quando encetada mediante acordo tácito, implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, se não dilatada a jornada máxima semanal.
- B) É válido o acordo individual para compensação de horas, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário.
- C) A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva.
- D) O mero não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada, inclusive quando encetada mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, se não dilatada a jornada máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional.
- E) A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada. Nesta hipótese, as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal deverão ser pagas como horas extraordinárias e, quanto àquelas destinadas à compensação, deverá ser pago a mais apenas o adicional por trabalho extraordinário.

35. Sob pena de nulidade, o estatuto das associações conterá, exceto:

- A) o nome e a individualização dos fundadores ou instituidores, e dos diretores.
- B) os direitos e deveres dos associados.
- C) as fontes e recursos para sua manutenção.
- D) os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados.
- E) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos.

36. Sobre a greve e de acordo com a jurisprudência do TST, é falso afirmar:

- A) é incompatível com a declaração de abusividade de movimento grevista o estabelecimento de quaisquer vantagens ou garantias a seus partícipes, que assumiram os riscos inerentes à utilização do instrumento de pressão máximo.
- B) é abusiva a greve levada a efeito sem que as partes hajam tentado, direta e pacificamente, solucionar o conflito que lhe constitui o objeto.
- C) o Sindicato profissional que fomentou movimento paredista tem legitimidade de requerer judicialmente a sua qualificação legal.
- D) a comprovação da legitimidade "ad processum" da entidade sindical se faz por seu registro no órgão competente do Ministério do Trabalho, mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988.
- E) é contrária ao espírito da lei (art. 477, § 7º, da CLT) e da função precípua do Sindicato a cláusula coletiva que estabelece taxa para homologação de rescisão contratual, a ser paga pela empresa a favor do sindicato profissional.

37. Assinale a opção correta a respeito do regime jurídico das partes e dos terceiros no processo civil brasileiro.

- A) A assistência simples ocorre quando o juiz defere a um terceiro, com interesse jurídico no resultado favorável à parte que irá assistir, o direito de intervir no processo para auxiliá-la.
- B) O pedido de assistência litisconsorcial não é admitido após o julgamento de primeira instância.
- C) Descabe o pedido de assistência em favor do réu quando o processo corre à revelia.
- D) Julgada procedente a ação de indenização em que tenha sido acolhida a denúncia à lide pelo réu, o juiz declarará o direito de regresso em favor do denunciante, mas a sentença não terá eficácia de título executivo contra o denunciado.
- E) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, mas a intimação dos atos do processo somente será obrigatória quando se tratar de litisconsórcio necessário.

38. Assinale a opção incorreta a respeito da execução civil no direito brasileiro.

- A) A sentença arbitral é espécie de título executivo judicial.
- B) O contrato de locação de imóvel é título executivo extrajudicial, se estiver acompanhado da assinatura de duas testemunhas.
- C) É definitiva a execução fundada em título extrajudicial; é provisória enquanto pendente apelação da sentença de improcedência dos embargos do executado, quando recebidos com efeito suspensivo.
- D) O fiador que pagar a dívida na execução poderá executar o afiançado nos autos do mesmo processo.
- E) O espólio, na execução, responde pelas dívidas do falecido, mas, feita a partilha, cada herdeiro responderá na proporção da parte que lhe couber na herança.



39. Assinale a opção correta a respeito dos recursos no processo civil brasileiro.

- A) Cabe agravo para o Supremo Tribunal Federal contra a decisão que nega seguimento a recurso extraordinário por ausência de repercussão geral da matéria impugnada.
- B) As questões de fato, não propostas no juízo de primeiro grau, poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.
- C) Interposta a apelação, é lícito ao apelante desistir do recurso, desde que a parte adversa não se oponha.
- D) O Ministério Público não tem legitimidade para recorrer contra sentença proferida no processo em que atuou como fiscal da lei.
- E) O recurso adesivo é admissível na apelação, agravo de instrumento, embargos infringentes, recurso especial e recurso extraordinário.

40. Sobre a disciplina dos atos processuais, segundo o Código de Processo Civil brasileiro, é correto afirmar:

- A) a intimação do Ministério Público, nos processos em que atue como parte, será feita prioritariamente mediante publicação no órgão oficial.
- B) quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em quádruplo o prazo para contestar e em dobro os prazos para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.
- C) é lícito às partes litigantes, mediante acordo, reduzir os prazos peremptórios.
- D) a citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência, faz litigiosa a coisa e, salvo quando ordenada por juiz incompetente, interrompe a prescrição.
- E) a desistência da ação somente produzirá efeito depois de homologada por sentença.

41. Dadas as proposições a seguir a respeito da disciplina dos atos processuais segundo o Código de Processo Civil,

- I. No processo civil, feita intimação de decisão interlocutória em feriado, o prazo recursal começará a fluir no primeiro dia útil subsequente.
- II. Nas comarcas em que não há publicação em jornal oficial, o prazo para interposição de apelação conta-se da juntada aos autos do aviso de recebimento da carta de intimação da sentença.
- III. Havendo litisconsórcio passivo facultativo, os réus com diferentes procuradores dispõem de prazo em dobro para recorrer.
- IV. Nas comarcas contíguas, as intimações podem ser feitas sem a necessidade de expedição de carta precatória.

verifica-se que

- A) somente I e II são verdadeiras.
- B) I, II e III são verdadeiras.
- C) I, III e IV são verdadeiras.
- D) II e IV são verdadeiras.
- E) somente III e IV são verdadeiras.

42. Assinale a opção incorreta a respeito do mandado de segurança.

- A) Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de concessionárias de serviço público.
- B) A autoridade coatora não possui legitimidade para recorrer no procedimento do mandado de segurança, devendo a pessoa jurídica interessada interpor os recursos contra as decisões que lhes sejam desfavoráveis.
- C) O ingresso de litisconsorte ativo não será admitido após o despacho da petição inicial.
- D) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.
- E) Poderá o juiz, em caso de urgência, notificar a autoridade coatora por telegrama, radiograma ou outro meio que assegure a autenticidade do documento e a imediata ciência pela autoridade.

43. Dadas as proposições no referentes à fraude contra credores,

- I. Poderá gerar anulação do negócio jurídico.
- II. Para o exercício da ação pauliana pelo credor com garantia real não é necessário o prévio reconhecimento judicial da insuficiência da garantia.
- III. Para ser caracterizada, torna-se necessário que o devedor já tenha sido acionado judicialmente, mesmo que se trate de ação de conhecimento.
- IV. Acarretará em ineficácia do negócio jurídico.

verifica-se que estão corretas

- A) I e II, apenas.
- B) III e IV, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I e IV, apenas.

44. A respeito da sucessão, pode-se afirmar:

- A) é ineficaz a disposição, mesmo com autorização prévia do juiz da sucessão, por qualquer herdeiro, de bem componente do acervo hereditário, pendente a indivisibilidade.
- B) a obrigação alimentar é intransmissível, a despeito da existência ou não de herança.
- C) os direitos, conferidos ao herdeiro em consequência da substituição ou de direito de acrescer, presumem-se abrangidos pela cessão feita anteriormente.
- D) o herdeiro não responde por encargos superiores às forças da herança; incumbe-lhe, porém, a prova do excesso, salvo se houver inventário que a escuse, demonstrando o valor dos bens herdados.
- E) é inválida a disposição testamentária em favor do filho adúltero do testador com sua concubina.

45. Sobre as obrigações facultativas e obrigações alternativas, é correto afirmar:

- A) nas obrigações alternativas, assim como nas facultativas, sempre será o devedor que irá escolher a coisa a ser entregue.
- B) enquanto nas obrigações alternativas sempre será o devedor que escolhe qual coisa será entregue, nas facultativas a escolha que em regra deveria ser feita pelo devedor, poderá ser feita pelo credor se assim ficar estabelecido.
- C) nas obrigações alternativas e facultativas sempre será o credor que irá escolher a coisa a ser entregue.
- D) tanto nas obrigações alternativas, como nas facultativas, apesar da escolha da coisa a ser entregue, em regra, caber ao devedor, poderá ficar estabelecido que a opção deverá ser feita pelo credor, em consonância com o princípio da autonomia da vontade.
- E) enquanto nas obrigações alternativas a escolha, em regra, cabe ao devedor, podendo ficar definido que tal opção deverá ser feita pelo credor, nas facultativas caberá sempre ao devedor escolher, sendo que a coisa somente poderá ser substituída por aquela prevista no título.

46. Assinale a opção correta.

- A) Haverá obrigação de reparar o dano, somente se houver culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, riscos para o direito de outrem.
- B) O incapaz não responde pelos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- C) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.
- D) O dono, ou o detentor do animal ressarcirá o dano por este causado, mesmo que prove culpa da vítima ou força maior.
- E) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, ainda que o causador do dano seja descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.

47. A respeito dos contratos é correto afirmar:

- A) nos contratos de adesão são válidas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- B) vigora nos contratos o princípio da tipicidade, não podendo as partes estipular contratos atípicos.
- C) pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
- D) os contratos entre ausentes desde que a aceitação é expedida, mesmo nos casos em que ela não chegar no prazo convencionado.
- E) no contrato de fiança é nula a cláusula de renúncia antecipada ao benefício de ordem quando inserida em contrato de adesão.

48. Segundo o atual Código Civil, prescreve em dois anos:

- A) a pretensão de reparação civil.
- B) a pretensão para haver pretensões alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- C) a pretensão de ressarcimento por enriquecimento sem causa.
- D) quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- E) a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.

49. Ocorrerá a interrupção da prescrição:

- A) entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- B) por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- C) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.
- D) pendendo ação de evicção.
- E) contra os absolutamente incapazes.

50. No período anterior ao reconhecimento jurídico da união estável como forma de constituir uma família pelo art. 226, § 3º, da Constituição de 1988:

- A) a Constituição de 1967/69 já reconhecia os direitos da parte economicamente inferior de uma união livre entre homem e mulher, especialmente no âmbito da sucessão.
- B) a jurisprudência brasileira já interpretava tais uniões livres como "casamentos de fato", usando o parâmetro da Lei Fundamental alemã sobre o assunto.
- C) o Supremo Tribunal Federal já tinha reconhecido os direitos sucessórios e patrimoniais das pessoas que viviam em uniões livres, aplicando o princípio constitucional da igualdade, ainda que este não era expressamente previsto na Carta de 1967/69.
- D) a legislação brasileira constitucional ou ordinária não considerava a união livre entre pessoas de sexos diferentes ou do mesmo sexo como forma lícita de constituir uma família.
- E) quase 20% da população do País viviam em relações chamadas "concubinárias", situação que apenas mudou com a introdução do divórcio, por Emenda Constitucional, em 1977.

51. Na interpretação das normas inseridas no texto da Constituição de 1988 por parte do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

- A) prevalecem os métodos gramatical, funcional e crítico.
- B) prevalecem os métodos gramatical e teleológico.
- C) não há prevalência antecipada de nenhum método específico.
- D) os métodos clássicos de interpretação jurídicos ("cânones") não podem ser utilizados, cedendo aos modernos métodos da Hermenêutica Constitucional.
- E) prevalecem os métodos elencados na recente Lei Complementar sobre a Interpretação Constitucional.



- 52.** O Princípio da Proporcionalidade, muito utilizado pelos tribunais brasileiros no controle material da constitucionalidade das normas, está composto pelos seguintes níveis (ou “degraus”) de análise:
- A) aptidão, necessidade e proporcionalidade “stricto sensu”.
 - B) necessidade, adequação e razoabilidade “lato sensu”.
 - C) aptidão, necessidade e mérito substancial (político).
 - D) aptidão, necessidade e conformidade político-institucional.
 - E) necessidade, razoabilidade e “relação meio-fim”.
- 53.** A Constituição Federal brasileira de 1988 foi elaborada por
- A) uma Assembleia Nacional Constituinte, composta por representantes diretamente eleitos pelo povo brasileiro para esse fim.
 - B) uma Assembleia Nacional Constituinte, composta por representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
 - C) uma Assembleia Nacional Constituinte, composta por representantes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, e das Assembleias dos Estados federados.
 - D) um colegiado composto por especialistas em Direito Constitucional (“Comissão Afonso Arinos”), cujo projeto foi alterado pela Assembleia Nacional Constituinte e, posteriormente, aprovado por ela.
 - E) uma Assembleia Nacional Constituinte, composta por representantes do Poder Legislativo Federal e, posteriormente, aprovada por referendo popular.
- 54.** Os dispositivos constitucionais (arts. 1º e 18 da Carta de 1988) que elevam o Município brasileiro, ao lado da União e do Estado, a formar o terceiro nível da Federação:
- A) foram inspirados no regime jurídico dos Municípios previsto na Lei Fundamental da Alemanha.
 - B) foram inspirados no regime jurídico dos Municípios previsto na Constituição dos Estados Unidos da América (EUA).
 - C) foram inspirados no regime jurídico dos Municípios previsto na Constituição da República Portuguesa, de 1976.
 - D) foram inspirados no regime jurídico dos Municípios europeus previsto no Tratado de Maastricht, que transformou a Comunidade Econômica Europeia (CEE) em União Europeia (EU).
 - E) não encontram exemplo na Constituição de nenhum outro país do mundo.
- 55.** O texto da Constituição brasileira de 1988 menciona, entre outros, os seguintes tipos de leis parlamentares:
- A) federais, estaduais e metropolitanas.
 - B) nacionais, estaduais, distritais e municipais.
 - C) federais, estaduais e municipais.
 - D) nacionais, federais, estaduais e municipais.
 - E) federais, estaduais, municipais, distritais e complementares.
- 56.** Fazem parte do rol dos direitos sociais, consagrados no texto do art. 6º da Constituição de 1988:
- A) a saúde, a alimentação, a moradia e a segurança.
 - B) a saúde, a segurança, a alimentação e a cultura.
 - C) o trabalho, a moradia, o lazer e a cultura.
 - D) a alimentação, a moradia, a cultura e a segurança.
 - E) a educação, o saneamento básico, a segurança e o trabalho.
- 57.** Segundo uma decisão recente do Supremo Tribunal Federal – STF, referente ao sistema de controle da constitucionalidade das normas,
- A) os efeitos das decisões do STF em sede do controle concreto das normas foram estendidos às decisões referentes ao controle abstrato das normas.
 - B) os efeitos das decisões do STF em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade foram estendidos às decisões em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
 - C) os efeitos das decisões do STF em sede de Recurso Extraordinário foram estendidos às decisões em sede de Ação Declaratória de Constitucionalidade.
 - D) os efeitos das decisões do STF em sede do controle abstrato das normas foram estendidos às decisões referentes ao controle concreto das normas.
 - E) os efeitos das decisões do STF em sede de Mandado de Injunção foram estendidos às decisões em sede de Ação Declaratória de Constitucionalidade.
- 58.** Após a promulgação da Constituição de 1988, Regiões Metropolitanas podem ser instituídas por
- A) lei complementar federal.
 - B) lei federal ordinária.
 - C) lei complementar estadual.
 - D) lei estadual ordinária, que homologa as respectivas leis dos Municípios envolvidos.
 - E) Municípios limítrofes mediante consórcio, a ser homologado por cada uma das Câmaras dos entes participantes e pela Assembleia Legislativa do Estado.
- 59.** O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado consagrado no art. 225 da Constituição brasileira representa:
- A) um autêntico direito fundamental, cujos titulares também podem ser indivíduos, ao lado da sociedade como um todo.
 - B) um interesse difuso, que estatui uma destacada proteção dos recursos naturais, mas não representa um direito fundamental individual ou coletivo.
 - C) uma forte garantia processual que obriga o Ministério Público (entre outros órgãos e associações civis) a reivindicar o respectivo direito “de terceira geração (dimensão)” em nome de grupos vulneráveis da população.
 - D) uma norma programática que não possui eficácia suficiente para obrigar, sem intermediação de leis ordinárias, os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, além dos particulares.
 - E) um dever genérico de atuação discricionária, direcionado à União, aos Estados, ao DF e aos Municípios, que devem prestar os respectivos serviços de defesa ambiental de acordo com as suas condições financeiras concretas.

60. O art. 170, inciso VI, da Constituição de 1988, inclui entre os princípios da ordem econômica da República Federativa do Brasil a

- A) defesa do meio ambiente.
- B) defesa do meio ambiente, dos recursos naturais e das populações tradicionais que os utilizam.
- C) defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- D) defesa do meio ambiente e dos recursos naturais, inclusive mediante proteção dos conhecimentos das populações tradicionais que contribuem para o patrimônio ecológico do país.
- E) defesa do meio ambiente, inclusive mediante concessão de benefícios aos métodos de produção que promovam o desenvolvimento sustentável.

61. Caso um particular derrube árvores, plantadas por ele no jardim de sua própria casa localizada no centro de uma cidade, a aplicação da respectiva sanção administrativa baseada na Lei Federal nº 4.771/65 cabe

- A) ao IBAMA, já que o Código Florestal é lei federal.
- B) ao Município, sob a condição de que exista um convênio administrativo neste sentido.
- C) ao Município, visto que o Código Florestal prevê que a fiscalização de suas normas é de competência dos órgãos locais caso a infração aconteça dentro do perímetro urbano.
- D) aos órgãos ambientais do Município e do Estado, com prevalência da atuação mais gravosa, atuando o IBAMA apenas supletivamente.
- E) a nenhum órgão, uma vez que árvores plantadas por particulares em seus próprios terrenos localizados nos perímetros urbanos não são objeto de proteção do Código Florestal.

62. Assinale a opção correta.

- A) A concessão de isenção, redução de base de cálculo, anistia ou remissão, relativos a impostos dependem de lei específica, ressalvado o sistema aplicável ao ICMS que cabe à lei complementar regular.
- B) O ICMS poderá ser seletivo para qualquer mercadoria ou serviço, de acordo com o que fixar a lei.
- C) O ICMS incidirá sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, desde que o importador seja contribuinte habitual do imposto.
- D) Quanto ao ICMS, em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços para consumidor final localizado em outro Estado, a alíquota interestadual será aplicada quando o destinatário for contribuinte do imposto e quando não for.
- E) O valor do IPI sempre faz parte da base de cálculo do ICMS.

63. A anterioridade como garantia do contribuinte veda que seja instituído ou majorado tributo no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a respectiva lei, sendo acrescentado pela Emenda Constitucional nº 42/2003, a exigência de antecedência mínima de noventa dias. A regra introduzida pela emenda não se aplica aos seguintes tributos:

- A) imposto sobre produtos industrializados; imposto sobre importação; imposto sobre exportação, imposto sobre operações financeiras.
- B) empréstimos compulsórios decorrentes de calamidade pública, guerra externa ou sua iminência; imposto sobre importação; imposto sobre exportação, imposto sobre operações financeiras; imposto sobre a renda; imposto extraordinário na iminência ou no caso de guerra externa.
- C) empréstimos compulsórios decorrentes de calamidade pública, guerra externa ou sua iminência; imposto sobre importação; imposto sobre exportação, imposto sobre operações financeiras; imposto extraordinário na iminência ou no caso de guerra externa.
- D) empréstimos compulsórios decorrentes de calamidade pública, guerra externa ou sua iminência; imposto sobre importação; imposto sobre exportação, imposto sobre operações financeiras.
- E) imposto sobre produtos industrializados; imposto sobre importação; imposto sobre exportação, imposto sobre operações financeiras; empréstimos compulsórios decorrentes de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional; imposto sobre a renda.

64. Considerando que a Constituição Federal admite a possibilidade instituição do pedágio (art. 150, V), é certo dizer que, segundo a legislação vigente,

- A) o pedágio é um imposto.
- B) o pedágio é uma taxa de polícia.
- C) o ISS pode ser cobrado sobre o preço do pedágio.
- D) o pedágio é uma taxa de serviço.
- E) o pedágio é uma modalidade de tributo específico, diferente dos demais existentes.

65. Levando em consideração a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção errada.

- A) A taxa de coleta de domiciliar de lixo pode levar em consideração a metragem do imóvel, sem que esse elemento, por si só, implique identidade de base de cálculo com o imposto predial.
- B) Viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa.
- C) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- D) São constitucionais as taxas estaduais cobradas para remunerar as atividades da Polícia Militar em policiamento de eventos privados de cunho comercial e lucrativo, tais como shows e eventos esportivos.
- E) A taxa de coleta de lixo é constitucional. O serviço reveste-se de especificidade e divisibilidade.

66. Dadas as assertivas abaixo,

- I. Cabe à lei complementar fixar as alíquotas máximas e mínimas do Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS.
- II. O IPTU pode ter alíquota diferente em relação à localização do imóvel.
- III. Destina-se aos municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do ICMS – Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação e ainda cinquenta por cento da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

verifica-se que

- A) I, II e III estão corretas.
- B) somente I e II estão corretas.
- C) somente I e III estão corretas.
- D) somente II e III estão corretas.
- E) somente a II está correta.

67. Dadas as assertivas abaixo,

- I. Segundo o Código Tributário Nacional, a isenção, por ser uma exclusão do crédito tributário, interpreta-se literalmente.
- II. Conforme o Supremo Tribunal Federal, a imunidade, por ser uma vedação constitucional ao poder de tributar, interpreta-se literalmente.
- III. A extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado.
- IV. O Código Tributário Nacional, no caso do lançamento por homologação, institui o denominado autolancamento.

verifica-se que

- A) somente I, II e III estão corretas.
- B) somente III e IV estão corretas.
- C) somente I e III estão corretas.
- D) somente I, III e IV estão corretas.
- E) somente II e III estão corretas.

68. Dadas as assertivas abaixo,

- I. As receitas de impostos incluem-se nas receitas correntes.
- II. As despesas para manutenção de serviços anteriormente criados estão classificadas como despesas correntes, bem assim as despesas com investimentos para o planejamento e a execução de obras.
- III. A receita relativa à alienação de um bem público é classificada como receita originária.

verifica-se

- A) somente a I e II estão corretas.
- B) somente a II e III estão corretas.
- C) somente a I e III estão corretas.
- D) I, II e III estão corretas.
- E) somente a III está correta.

69. Assinale a opção mais completa. De regra a receita de imposto não pode ser vinculada a fundo ou despesa, exceto:

- A) a destinação de recursos para ações e serviços de saúde; para a manutenção e desenvolvimento do ensino e para instituição de fundo de pobreza pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com a previsão constitucional.
- B) a repartição constitucional do produto da arrecadação de impostos referidas nos arts. 158 e 159; a destinação de recursos para ações e serviços de saúde; para a manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária.
- C) a repartição constitucional do produto da arrecadação de impostos referidas nos arts. 158 e 159; a destinação de recursos para ações e serviços de saúde; para a manutenção e desenvolvimento do ensino e para a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.
- D) a repartição constitucional do produto da arrecadação de impostos referidas nos arts. 158 e 159; a destinação de recursos para ações e serviços de saúde e para a manutenção e desenvolvimento do ensino; para realização de atividades da administração tributária; para a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita e para instituição de fundo de pobreza pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com a previsão constitucional.
- E) somente na hipótese de autorização constitucional para instituição de fundo de pobreza pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

70. Dadas as assertivas abaixo,

- I. A despesa total com pessoal, em cada período de apuração, em relação aos Municípios, não poderá exceder a sessenta por cento da receita corrente líquida.
- II. Na distribuição do limite global de despesas com pessoal, no Município cabe seis por cento para o legislativo e cinquenta e quatro por cento para o Executivo.
- III. É nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do Prefeito.

verifica-se que

- A) I, II e III estão corretas.
- B) somente I e III estão corretas.
- C) somente I e II estão corretas.
- D) somente II e III estão corretas.
- E) somente a III está correta.

Mais um concurso com a realização:



Prefeitura Municipal de Rio Largo

